



Jornal dos Vigilantes do Brasil

Confederação Nacional dos Vigilantes

Federações e Sindicatos de Vigilantes e de Vigilantes de Transporte de Valores

Filiada à



Brasília - DF - Setembro de 2014 Edição Especial - Piso Nacional

PISO NACIONAL

VIGILANTE PISO NACIONAL 3 MIL REAIS

CONFEDERAÇÃO, FEDERAÇÕES E SINDICATOS DE VIGILANTES



Ainda em comemoração e fazendo com que a conquista dos 30% de periculosidade seja cumprida, os vigilantes são chamados a uma nova campanha. Sindicatos e Federações comprometidos com a categoria, com liderança da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), dão início a mais uma batalha: Piso Salarial Nacional e Unificado. Para isso, lançou em junho passado, em Brasília, a Campanha pelo Piso Nacional de R\$ 3 mil.

O valor é próximo àquele defendido pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) para agosto de 2014: R\$ 2.861,55. É também este o valor de piso que buscam os bancários nas negociações da Campanha Salarial deste ano.

A Campanha, que já fazia parte dos planos e agendas da categoria em todo o país, pega carona no Projeto de Lei (PL) 4238/2012, de autoria do senador Marcelo Crivella. Este PL, que já foi aprovado no Senado e agora tramita na Câmara dos Deputados, fixa pisos nacionais nos valores de R\$ 800, R\$ 900 e R\$ 1.100, de acordo com o grau de risco (mínimo, médio e máximo). “Evidentemente, estes valores não interessam à categoria. Felizmente, podem ser modificados na Câmara, e é aí que está o X da questão”, afirmou José Boaventura, presidente da CNTV.

Nesta casa, o PL foi remetido a uma Comissão Especial, que é presidida por um deputado patrão do setor de vigilância e limpeza, mas tem na relatoria um deputado vinculado aos vigilantes (advogado do Sindvigilantes/Bahia) Nelson Pelegrino (PT).

No dia 10 de junho, passado a Comissão reuniu em Audiência Pública patrões, por meio da sua Federação Nacional, a Fenavist, e empregados (CNTV, Sindicatos e Federações de luta). Três pontos já ficaram já acordados com o patronato e apoiado pelos deputados:

- **A possibilidade de alterar o PL, acolhendo o que for negociado entre empregados e patrões;**
- **Patrões e empregados estão de acordo com a fixação de um piso nacional;**
- **Ambos concordam, também, com um único piso, ao invés de três (por grau de risco).**

Resta, essencialmente, fixar o valor. Aí está a centro da queda de braço. Os trabalhadores, de pronto, apresentaram a proposta de PISO NACIONAL ÚNICO DE R\$ 3 MIL REAIS. A Comissão Especial se propôs a mediar a negociação.

“Agora, é colocar a campanha na rua, nos postos de serviço, na agenda de luta de toda a categoria. Agora é Campanha, é mobilização, pressão, assembleias, atos pelos três mil, marchas, torneio de futebol, e-mail, mensagens e telefonemas para deputados, divulgação na imprensa, etc”, avaliou Boaventura.

Para risco igual e profissão nacional, o piso é de R\$ 3 mil



O PL fala em grau de risco por ter sido apresentado pelo senador fluminense em 2010 – antes da lei da periculosidade, que reconhece o risco máximo para qualquer vigilante.

Mas porque três mil? Este valor corresponde ao salário mínimo calculado pelo Departamento Intersindical de Estudos Sócio Econômicos (Dieese), entidade de confiança dos trabalhadores. Além disso, foi aprovado por delegados de sindicatos e federações no II Congresso Extraordinário da CNTV, realizado em outubro passado, em Recife (PE). É também a mesma proposta dos parceiros policiais em sua Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 300 e o piso reivindicado pelos bancários na campanha salarial 2014.

Líderes sindicais apoiam a luta

A luta pelo piso de R\$ 3 mil vem ganhando cada vez mais apoiadores. Em julho, a 14ª Plenária Nacional da CUT aprovou por unanimidade uma moção de apoio à nova campanha. O presidente da Central, Wagner Freitas, assinou a moção de apoio à proposta. No texto, é destacado que “nada é mais justo para esta categoria, que hoje já é regulada e fiscalizada nacionalmente pela Polícia Federal (...) e que, em seu cotidiano, se empenha em dar segurança a todos os trabalhadores e à população em geral, do que ter também o Piso Nacional”.

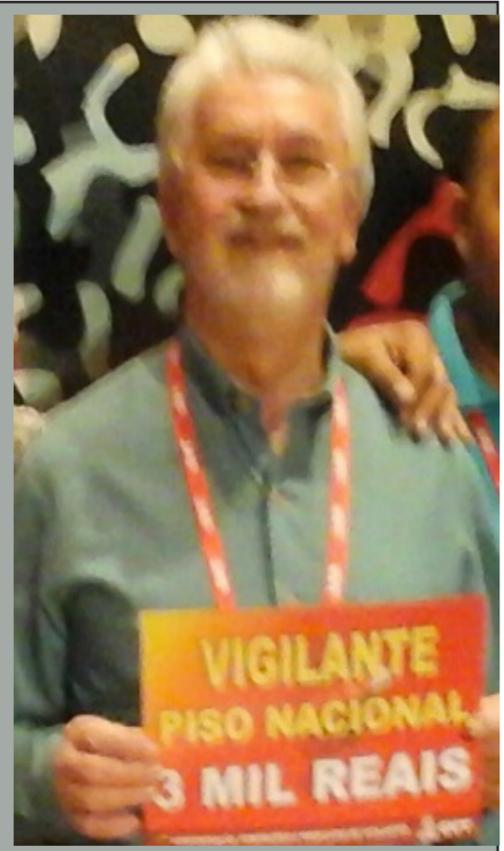


Presidente do SVNIT, Cláudio José, Presidente da CNTV, José Boaventura, Presidente da CUT, Wagner de Freitas, Diretor da ContraCUT Ademir Wiederkehr e Diretor do Sindesv/DF Roberto Miguel

Dirigentes sindicais bancários, parceiros dos vigilantes de longa data, também fazem parte do grupo de apoiadores. As duas categorias já somam várias conquistas juntos por mais segurança e pela vida, como as portas de segurança, biombos e divisórias contra a saidinha, fim do transporte de valores irregular feito por vigilantes e bancários, entre outras. Novamente, caminham juntos, mesmo com agendas e campanhas próprias. Desta vez, garantir que bancos e empresas de segurança privada reconheçam os estudos do Dieese da forma como deve ser: pagando aos seus empregados.

Também se engajou na luta o presidente da Confederação Sindical Internacional (CSI), João Felício. A CSI é a maior federação internacional de sindicatos, representando aproximadamente 175 milhões de trabalhadores por meio das 311 entidades filiadas em 155 países e territórios. Felício foi eleito em junho passado no congresso realizado em Berlim, com a presença da CNTV e de sindicatos de vigilantes de outras partes do mundo.

Presidente da Confederação Sindical Internacional (CSI), João Felício,



Ricardo Patah,
Presidente da União Geral dos Trabalhadores

Apoiador da campanha, o presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ricardo Patah, afirmou que “a luta dos trabalhadores e trabalhadoras do setor de vigilância pela implantação de um piso nacional reflete o reconhecimento profissional e a melhoria da qualidade de vida da categoria”.

Patah disse ainda que a UGT “apoia incondicionalmente a Campanha pelo Piso Nacional”, pois “essa é uma reivindicação justa para essa categoria de profissionais que está sempre colocando sua vida em risco”.

Deputados apoiam o Piso Nacional



Deputado Federal Nelson Pellegrino



Deputada Federal Érika Kokay



Deputado Distrital Chico Vigilante

A Campanha liderada pela CNTV também recebeu apoio do presidente da Força Sindical do Rio de Janeiro, Francisco Dal Prá. No documento, Dal Prá afirma considerar “justas as reivindicações da categoria, que pede imediata aprovação do PL”. Leia (ABAIXO) a declaração completa.



MOÇÃO DE APOIO

A CENTRAL SINDICAL FORÇA SINDICAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, vem a público manifestar seu apoio e solidariedade à proposta de PISO NACIONAL DOS VIGILANTES. Consideramos justas as reivindicações da categoria, que pede a imediata aprovação do Projeto de Lei 4238/12, para que todos de forma unitária no país recebam no mínimo o mínimo salarial de R\$ 3 mil. Estamos diante de uma luta histórica para reconhecer e engrandecer a categoria dos Vigilantes, entendemos que a reinvidicação da aprovação, é justa com esta categoria, que hoje é regulada e fiscalizada a nível nacional pela Polícia Federal, e que no seu cotidiano esta categoria se empenha em dar segurança a todos os trabalhadores e a sociedade em geral, temos a certeza de que a aprovação do PISO NACIONAL para os trabalhadores da área de segurança privada alcançará seu objetivo que é unificar a categoria.

Francisco Dal Prá
Presidente



Presidente da Força Sindical do Rio de Janeiro, Francisco Dal Prá.

A mobilização já começou! Faça parte você também!

Foi dada a largada pela conquista do Piso Nacional dos Vigilantes. No sábado, 13 de setembro, a CNTV lançou a Campanha em Niterói (RJ). O ato reuniu lideranças sindicais de Brasília, Goiânia, Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia, além de vereadores da região.



No sábado anterior, dia 6, companheiros de Juazeiro (BA) manifestaram apoio a esta luta durante ato de lançamento da campanha na cidade.



Também no dia 19 de setembro, vigilantes de São Bernardo do Campo (SP) aprovaram a pauta de reivindicações e se juntaram aos milhares que já estão de braços dados pela conquista do Piso Nacional de R\$ 3 mil para a categoria.



Nos dias 19 e 20 do mesmo mês foi a vez dos guerreiros do Maranhão participantes do I Encontro dos Vigilantes do Baixo Parnaíba se juntarem à mobilização.



A Campanha também chegou forte ao Pará. No dia 15 de agosto, dirigentes da CNTV e de sindicatos de vigilantes de toda a região norte do país se reuniram em Belém para debater e organizar a luta pelo Piso Nacional. A presença de representantes do Acre, Rondônia, Roraima, Amapá, Amazonas

e Pará demonstrou a unidade e compromisso de toda a região com os destinos e principais pleitos da categoria.

“Está confirmado que as soluções e conquistas virão com a luta conjunta, onde o trabalhador está sempre em primeiro lugar”, destacou Boaventura.



Em agosto, no dia 2, vigilantes do Rio Grande do Sul se reuniram na CUT-RS para debater sobre o Piso Nacional, além da apresentação de um Projeto de Lei (PL) que combata o calote das empresas de segurança. O presidente da Central no Rio Grande do Sul, Claudir Nespolo, e o deputado Estadual Adão Villaverde (PT-RS), também participaram do encontro. Na ocasião, os sindicatos de Porto Alegre, Alegrete, Santana do Livramento, Uruguaiana, São Leopoldo e Pelotas se comprometeram a entrar na campanha.



VIGILANTE PISOMACIOMAL 3 MIL REAIS



CONFEDERAÇÃO, FEDERAÇÕES E SINDICATOS DE VIGILANTES



CUT
BRASIL

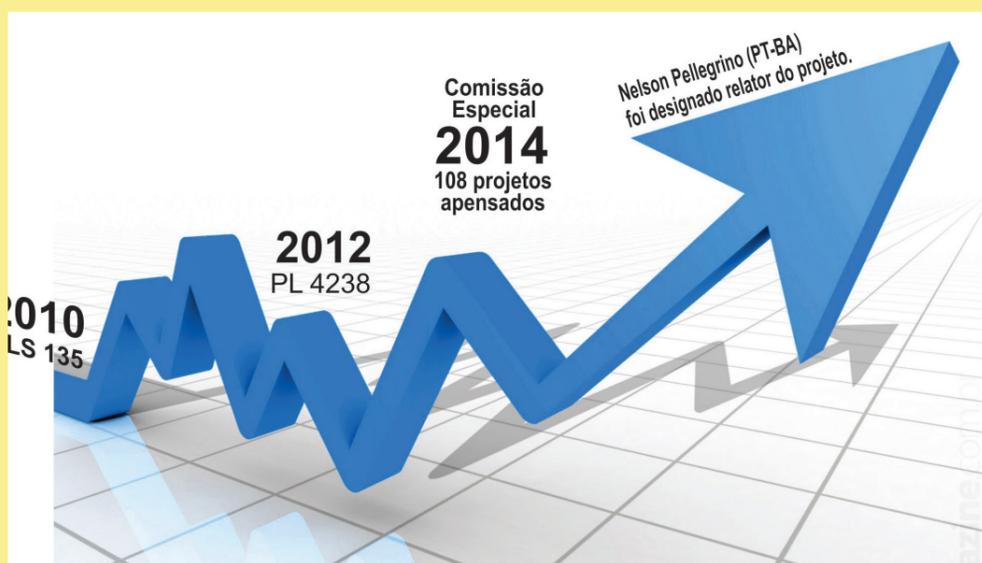
Vigilante, vem pra luta!

Atualmente o PL encontra-se na Câmara dos Deputados. Foi criada uma Comissão Especial para debater o tema. A primeira reunião, realizada em junho, reuniu representantes dos trabalhadores, dos patrões e parlamentares. O relator do PL, Nelson Pelegrino (PT-BA), parceiro de longa data dos vigilantes, já declarou apoio à causa.

Agora, é fundamental que os trabalhadores estejam unidos e mobilizados para mais esta batalha. Cada vigilante pode - e deve - enviar aos parlamentares da sua região cartas e e-mails cobrando ações para dar agilidade à aprovação do PL com as alterações defendidas pelos trabalhadores.

MEMBROS DA COMISSÃO	
TITULARES	SUPLENTES
PT	
Eudes Xavier PT/CE (61) 3215-5580 dep.eudesxavier@camara.leg.br	Erika Kokay PT/DF (61) 3215-5203 dep.erikakokay@camara.leg.br
Nelson Pellegrino PT/BA (61) 3215-5826 dep.nelsonpellegrino@camara.leg.br	Wilton Prado PT/MG (61) 3215-5862 dep.wiltonprado@camara.leg.br
Policarpo PT/DF (61) 3215-5352 dep.policarpo@camara.leg.br	
Vicente Candido PT/SP (61) 3215-5819 dep.vicentecandido@camara.leg.br	2 vagas
PMDB	
Leonardo Quintão PMDB/MG (61) 3215-5914 dep.leonardoquintao@camara.leg.br	Adrian PMDB/RJ (61) 3215-5441 dep.adrian@camara.leg.br
Osmar Serraglio PMDB/PR (61) 3215-5845 dep.osmarserraglio@camara.leg.br	Darcísio Perondi PMDB/RS (61) 3215-5518 dep.darcisioperondi@camara.leg.br
Rose de Freitas PMDB/ES (61) 3215-5346 dep.rosedefreitas@camara.leg.br	Gabriel Chalita PMDB/SP (61) 3215-5817 dep.gabrielchalita@camara.leg.br
PSDB	
Luiz Fernando Machado PSDB/SP (61) 3215-583 dep.luizfernandomachado@camara.leg.br	João Campos PSDB/GO (61) 3215-5315 dep.joaocampos@camara.leg.br
Nelson Marchezan Junior PSDB/RS (61) 3215-5250 dep.nelsonmarchezanjunior@camara.leg.br	Luiz Carlos Haully PSDB/PR (61) 3215-5220 dep.luizcarloshaully@camara.leg.br
PSD	
Guilherme Campos PSD/SP (61) 3215-5283 dep.guilhermecampos@camara.leg.br	Felipe Bornier PSD/RJ (61) 3215-5216 dep.felipebornier@camara.leg.br
Ricardo Izar PSD/SP (61) 3215-5634 dep.ricardoizar@camara.leg.br	Roberto Santiago PSD/SP (61) 3215-5533 dep.robertosantiago@camara.leg.br
PP	
Dimas Fabiano PP/MG (61) 3215-5325 dep.dimasfabiano@camara.leg.br	Roberto Teixeira PP/PE (61) 3215-5450 dep.robertoteixeira@camara.leg.br
Jerônimo Goergen PP/RS (61) 3215-5316 dep.jeronimogoergen@camara.leg.br	(Deputada da PT do B ocupa a vaga)
PR	
Aelton Freitas PR/MG (61) 3215-5204 dep.aeltonfreitas@camara.leg.br	Gorete Pereira PR/CE (61) 3215-5206 dep.goretepereira@camara.leg.br
PSB	
Júlio Delgado PSB/MG (61) 3215-5323 dep.juliodelgado@camara.leg.br	1 vaga
DEM	
Davi Alcolumbre DEM/AP (61) 3215-5231 dep.davialcolumbre@camara.leg.br	1 vaga
SD	
Laercio Oliveira SD/SE (61) 3215-5629 dep.laerciooliveira@camara.leg.br	Arthur Oliveira Maia SD/BA (61) 3215-5537 dep.arthuroliveiramaia@camara.leg.br
PTB	
Antonio Brito PTB/BA (61) 3215-5479 dep.antonibrito@camara.leg.br	Walney Rocha PTB/RJ (61) 3215-5644 dep.walneyrocha@camara.leg.br
Bloco PV, PPS	
Paulo Wagner PV/RN (61) 3215-5324 dep.paulowagner@camara.leg.br	1 vaga
PROS	
Major Fábio PROS/PB (61) 3215-5368 dep.majorfabio@camara.leg.br	Ademir Camilo PROS/MG (61) 3215-5212 dep.ademircamilo@camara.leg.br
PDT	
Flávia Moraes PDT/GO (61) 3215-5738 dep.flaviamoraes@camara.leg.br	Subtenente Gonzaga PDT/MG (61) 3215-5568 dep.subtenentegonzaga@camara.leg.br
PCdoB	
Chico Lopes PCdoB/CE (61) 3215-5310 dep.chicolopes@camara.leg.br	1 vaga
PSC	
Silvio Costa PSC/PE (61) 3215-5417 dep.silviocosta@camara.leg.br	Andre Moura PSC/SE (61) 3215-5846 dep.andremoura@camara.leg.br
PMN	
Francisco Tenório PMN/AL (61) 3215-5476 dep.franciscotenorio@camara.leg.br	1 vaga
PTdoB	
	Lourival Mendes PTdoB/MA (61) 3215-5937 dep.lourivalmendes@camara.leg.br

Um pouco da historia do PL e sua tramitação



A luta pelo estabelecimento de um piso nacional para os vigilantes brasileiros (patrimonial, transporte de valores, escolta, SPP, etc.) teve início em 2010, quando o senador Marcelo Crivella apresentou o PL propondo alteração da Lei nº 7.102, e fixação de um Piso Nacional.

135/2010) esteve em discussão nas Comissões de Assuntos Sociais e Assuntos Econômicos do Senado Federal, sendo aprovado e encaminhado em 20 de julho de 2012 à Câmara dos Deputados, responsável por revisar o texto.

Na Câmara, o PLS 135 transformou-se em PL 4238/2012 e foi encaminhado

em maio deste ano, pelo plenário da Casa, à Comissão Especial. Junto ao texto foram apensados 108 outros projetos que também serão analisados no bojo da discussão. Em 28 de maio, o deputado Nelson Pellegrino (PT-BA) foi designado relator do PL.

Durante a primeira audiência na Câmara dos Deputados, em 10 de junho, a CNTV lançou a campanha pelo Piso e também cobrou a discussão e aprovação do Estatuto da Segurança Privada, que está em fase de avaliação no Ministério da Justiça.

A Comissão Especial convocará novas audiências, ainda sem data agendada, para discutir a segurança eletrônica dos bancos e outros temas sobre a segurança privada contidos nos 108 projetos apensados. Após as rodadas de discussão e caso a Casa aprove, o PL segue para sanção ou promulgação. Caso haja alguma emenda ao texto, o projeto voltará ao Senado.

Processo legislativo para

aprovação do PL

Se aprovado na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal, o texto será encaminhado à Presidência da República para sanção ou veto

É possível alterar o PL do Senado na Câmara, retirar a graduação de risco e fixar um outro piso ? - Sim, com

o PL da Periculosidade foi assim. Começou e foi aprovado na Câmara (casa de origem, apresentado pela então deputada Vanessa Graziotin), foi modificado e aprovado no Senado e voltou para a Câmara. Depois, foi novamente aprovado com as alterações negociadas pelos vigilantes no Senado. Daí foi à sanção da Presidente Dilma, que sustentou todas as pressões do patronato e sancionou a lei.

A Comissão Especial em 2015?



As eleições de outubro podem modificar o atual cenário político da Câmara dos Deputados. Com a possibilidade de novos parlamentares entrarem na Câmara, a estrutura da Comissão Especial, que analisa o PL do piso nacional dos vigilantes, também poderá sofrer modificações. Mais uma vez, a mobilização dos trabalhadores será determinante para estabelecer os rumos da Comissão, tendo em vista que os parlamentares precisam saber dos trabalhadores a importância do estabelecimento do piso unificado para a categoria. Assim como na luta pelo adicional de 30% de risco de vida/periculosidade em 2012, a CNTV conta mais uma vez com a união dos vigilantes brasileiros para mais uma vitória da categoria.

Piso Nacional e periculosidade também são conquistas de outras categorias

VIGILANTE: SIM, NÓS PODEMOS E MERECEMOS! PISO NACIONAL DE 3 MIL!

CHEGUE JUNTO DO SEU SINDICATO

Pelo país afora, as mobilizações estão acontecendo ou estão marcados atos em Câmara de Vereadores organizada pelos Sindicatos da categoria, além de plenárias, reuniões, assembleias, marchas, etc.

A cada vigilante, como na luta pela Periculosidade, cabe também a tarefa de “azucrinar” o deputado da Comissão e também o deputado da sua região. A orientação da CNTV é que sejam encaminhados e-mails, mensagens de whatsapp e tudo mais que possa pressionar.

Dialogue com seus colegas, leve cartazes para o posto, divulgue nas rádios e outros espaços de imprensa da sua cidade, bairro, etc.

ALGUMAS PERGUNTAS E RESPOSTAS

- Quanto tempo pode durar para a Câmara votar e aprovar o nosso Piso? Como no caso da Periculosidade, é impossível prever data. Um dos PLs da Periculosidade tramitou por 8 anos no Congresso (Câmara e Senado);
- Com a fixação de um Piso Nacional como ficam as CCTs e campanha salarial de cada Sindicato? Continua da mesma forma de hoje. A única alteração é que a categoria vai negociar o salário a partir do piso nacional.

COMO ESTÁ SEU SINDICATO NESTA CAMPANHA?

Busque saber, isto é fundamental. Pelo Brasil afora, os Sindicatos e federações têm o compromisso de liderar a luta. No norte, por exemplo, os Sindicatos se reuniram no mês passado para planejar a Campanha. No Nordeste, cada sindicato está começando as mobilizações. No Sul, oito sindicatos gaúchos debateram no mês passado e já começaram a encaminhar a campanha. No Rio, o lançamento da campanha em Niterói foi no dia 13 de setembro. Enfim, é mobilização em todo lugar.

Mas, atenção: tem liderança jogando contra, dizendo que não está na hora, que precisa esperar. Fique atento! Na CNTV, preferimos a lição do poeta Vandrê: “quem sabe faz a hora, não espera acontecer!”.



Agentes comunitários de saúde, policiais e bombeiros são algumas das categorias que conhecem de perto a luta pelo piso nacional. Para os agentes, o valor de R\$ 1.014 foi garantido pela Lei 12.994/2014. Já os policiais e bombeiros militares continuam brigando para garantir o piso. A PEC 300 foi apresentada em 2008 e o valor de referência era R\$ 3 mil. A PEC prevê que o salário destes profissionais de qualquer estado brasileiro não seja inferior ao valor pago às categorias no Distrito Federal.

Já os motoboys, assim como os vigilantes, tiveram o risco reconhecido por lei. Desde junho a categoria recebe adicional de 30% de periculosidade, em virtude do risco que estes trabalhadores correm nas ruas.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Jornalista: Pricilla Beine
Projeto gráfico e Diagramação: Anibal Bispo



site: www.cntv.org.br
email: cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11
CEP: 73300-000 Brasília-DF